

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 890.242 GOIÁS

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AGDO.(A/S)	: DIVINA SILVA DUARTE
ADV.(A/S)	: CRISTIE NE PEREIRA SILVA E OUTRO(A/S)

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. SUBSÍDIO. NATUREZA JURÍDICA. EXTENSÃO AOS INATIVOS. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 280 DO STF. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 890.242 GOIÁS

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AGDO.(A/S)	: DIVINA SILVA DUARTE
ADV.(A/S)	: CRISTIE NE PEREIRA SILVA E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto pelo ESTADO DE GOIÁS contra decisão de minha relatoria, assim ementada:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INTERPRETAÇÃO DA LEI DELEGADA Nº 4/2003 DO ESTADO DE GOIÁS. NECESSIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 280 DO STF. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. AGRAVO DESPROVIDO.”

Inconformado com a decisão supra, o agravante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese:

“Com a devida vênia, embora haja várias decisões nesse e. sodalício que impedem a apreciação da Lei Delegada nº 04/2003, do Estado de Goiás, inibindo seja apreciado por colegiado o alcance de referido normativo, sob o argumento de necessária análise da legislação infraconstitucional, é de se reconhecer que matéria idêntica pende de julgamento também nessa e. corte. Trata-se do RE nº 563.965-7/RN, ao qual foi reconhecida repercussão geral.

Desse modo, se há matéria idêntica a ser julgada por essa corte,

ARE 890242 AGR / GO

com repercussão geral reconhecida e tendo em vista o relevante papel do recurso extraordinário na uniformização da jurisprudência, não pode essa e. corte, com todo o respeito, se afastar do julgamento do apelo extremo em tela, especialmente porque ele visa 'destrancar' ação rescisória colhida em sua origem." (Fls. 2-3 do doc. 7)."

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 890.242 GOIÁS

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que o agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual deve ela ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Com efeito, ao contrário do alegado pelo recorrente, a matéria discutida nos presentes autos não guarda identidade com a tratada no RE 563.965-RG, Rel. Min. Cármen Lúcia. Naquele processo firmou-se o entendimento de que não há direito adquirido a regime de cálculo de remuneração, desde que eventuais alterações não impliquem redução do valor nominal global percebido pelo servidor público, situação diversa da presente demanda, em que o Tribunal de origem, com apoio na legislação infraconstitucional local pertinente, concluiu que a Lei Delegada nº 04/2003 não criou um novo regime jurídico, mas apenas deu uma nova nomenclatura para o antigo sistema remuneratório.

Destaco passagem ilustrativa do acórdão recorrido:

“III- No caso, não existiu no acórdão rescindendo discussão sobre a (in)constitucionalidade da Lei Delegada nº 04/2003, mas tão somente a conclusão de que tal lei modificou, transformou e reajustou a remuneração dos cargos em comissão para a denominação de subsídio aos ocupantes de cargo em comissão, não se tratando de um novo regime remuneratório. Ressalvou-se, ainda, a permanência da paridade entre inativos e ativos àqueles aposentados até a data da EC nº 41/2003, caso da impetrante, que se aposentara em 1992. Disso

ARE 890242 AGR / GO

resulta que o acórdão sob exame não aplicou lei inconstitucional e tampouco ofendeu à Constituição.

IV- Ademais, no julgamento do RE nº 563.965/RN, o STF não declarou inconstitucional nenhum dispositivo legal aplicável à questão. Analisou a pretensão com ênfase no direito adquirido ao regime jurídico. Logo, afastou a repercussão geral, e na desverticalização remeteu a questão ao STJ por se tratar de matéria infraconstitucional.

V- Dessa forma, o STJ tem decidido que, em observância ao princípio da paridade entre os proventos da inatividade os vencimentos do cargo efetivo, tem o servidor público estadual aposentado antes de 1998 o direito à mesma opção conferida ao servidor ocupante de cargo efetivo (art. 40, § 8º, CF, na redação dada pela EC nº 20/98). Precedentes daquela Corte.

VI- Portanto, o acórdão rescindendo declarou o direito de se manter atualizado o benefício agregado aos proventos, conquanto a vantagem remuneratória chamada estranhamente de 'subsídio', instituída pela Lei Delegada nº 4/2003, se desvencilha do invocado regime jurídico remuneratório previsto na CR/88 39 § 4º Precedentes do STJ.

VII- Demais disso, inexistente correlação entre os reflexos remuneratórios decorrentes da Lei Delegada nº 4/2003 e o RE 563.965/RN ante a manifesta impertinência fático-jurídica, não se justificando, nem mesmo, a retratação na sistemática do CPC 543-B § 3º. Orientação do STJ." (Fl. 233 do doc. 2).

Assim, para se chegar a conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido seria necessária a análise da legislação infraconstitucional local pertinente (Lei Delegada nº 4/2003), o que atrai a incidência da Súmula nº 280 desta Corte.

Com efeito, a violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional local torna inadmissível o recurso extraordinário, a teor da Súmula nº 280 do Supremo Tribunal Federal, *verbis*: “Por ofensa a

ARE 890242 AGR / GO

direito local não cabe recurso extraordinário”.

Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência desta Corte, como se infere dos seguintes julgados:

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO. ALTERAÇÃO IMPLEMENTADA PELA LEI DELEGADA ESTADUAL Nº 04/2003. CONTROVÉRSIA QUE ENVOLVE A ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. PRECEDENTES. Em casos análogos, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afastou o cabimento de recurso extraordinário, tendo em vista depender o deslinde da controvérsia do exame prévio da legislação local aplicável à espécie (Súmula 280/STF). Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.” (AI 744.122-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 14/5/2014).

“DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. EXTENSÃO DE VANTAGENS. LEIS DELEGADAS NºS 04/2003 E 06/2003 DO ESTADO DE GOIÁS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 280/STF. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 27.4.2009. Controvérsia limitada à aplicação de legislação local a inviabilizar o reexame da matéria na via extraordinária. Aplicação da Súmula 280/STF: ‘Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário’. Precedentes. Agravo regimental conhecido e não provido.” (RE 754.571-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 26/11/2013).

“Agravo regimental no agravo regimental no agravo de instrumento. Servidor público. Lei Delegada nº 08/03 do Estado de Goiás. Subsídio. Natureza jurídica. Extensão a inativos. Ofensa a

ARE 890242 AGR / GO

direito local. Reexame de fatos e provas. Precedentes. 1. Não se presta o recurso extraordinário à análise de matéria ínsita ao plano normativo local e ao reexame dos fatos e provas dos autos. Incidência das Súmulas n^ºs 280 e 279 da Corte. 2. Agravo regimental não provido.” (AI 593.581-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe de 23/10/2013).

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 890.242

PROCED. : GOIÁS

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : ESTADO DE GOIÁS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

AGDO.(A/S) : DIVINA SILVA DUARTE

ADV.(A/S) : CRISTIENE PEREIRA SILVA E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma